Conselho Federal de Psicologia

Jornal do FEDERAL

Nº100

Conselho Federal de Psicologia - Ano XXII - Abril 2011

PSICOLOGIA: PROFISSÃO DE MUITAS E DIFERENTES MULHERES

E mais:

Psicologia nas emergências e desastres: contribuições para redução de riscos e na reconstrução de comunidades - p.6

Hospitais psiquiátricos em Sorocaba: 459 mortes em 4 anos e maus tratos - p.16

Início de conversa

EDITORIAL

Com o início do governo da presidenta Dilma Rousseff, o poder Executivo Federal redireciona algumas políticas públicas, cria novos programas e prioridades. Atenta a esse movimento, esta centésima edição do Jornal do Federal traz as primeiras de uma série de matérias que, ao longo do ano, observarão expectativas da profissão e do governo para áreas diretamente relacionadas à Psicologia. Neste jornal, trataremos da política de Assistência Social que, reformulada e revigorada durante o governo Lula, ganha ainda mais destaque, ao ser responsável pela tarefa estabelecida como prioridade por Dilma Rousseff: a de erradicar a extrema pobreza no Brasil. Outro texto trata das 12 Conferências Nacionais previstas para 2011, a partir das quais, espera-se, serão definidas linhas e prioridades para políticas públicas em áreas como saúde, juventude, mulher, segurança alimentar, entre outras. Tais áreas são também centrais para a ação da Psicologia, pela capacidade de expandir os serviços profissionais à população e de criar postos de trabalho para a categoria.

É também inspirada nessa mudança política e no significado simbólico da chegada da primeira mulher à presidência da República que o CFP propõe à categoria uma reflexão sobre o papel das mulheres na Psicologia, com a campanha Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres. Já frutos da campanha, as fotografias da capa do jornal foram enviadas por psicólogas de todo o país e compõem um panorama visual do dia a dia de nosso trabalho.

O texto sobre Emergências e Desastres trata de outro enorme desafio da sociedade brasileira e da Psicologia: o de se preparar para tais situações, pela prevenção e pela articulação de respostas rápidas e eficazes no pós evento. Psicólogos de outros países da América Latina, que há muito desenvolvem experiências na área e contribuem com a construção de comunidades seguras, vêm dando enorme contribuição ao debate, conforme fica visível pela reportagem que trata de seminário sobre Emergências e Desastres no Espírito Santo. A atividade compõe um conjunto de ações do CFP que, ao lado dos Conselhos Regionais e de muitos atores envolvidos nesse esforço, busca contribuir com a construção de respostas rápidas e qualificadas para problemas atuais.

A nova gestão do Conselho Federal de Psicologia, que assume o CFP até 2013, deseja a todos nós uma ótima jornada nos próximos três anos e espera contribuir com o desenvolvimento de nossa profissão no país, aprofundando também nosso contato com a América Latina e países de língua portuguesa. Boa leitura!

EXPEDIENTE

XV PLENÁRIO

DIRETORIA
Humberto Cota Verona
Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento
Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS
Flávia Cristina Silveira Lemos
Aluízio Lopes de Brito
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Marilene Proença Rebello de Souza
Ana Luiza de Souza Castro

CONSELHEIROS SUPLENTES
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Adriana Eiko Matsumoto
Maria Ermínia Ciliberti
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Marilda Castelar
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Roseli Goffman
Celso Francisco Tondin

PSICÓLOGOS CONVIDADOS
Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

EDIÇÃO
Ana Luiza de Souza Castro

COORDENADORA GERAL
Yvone Magalhães Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM
Priscila D. Carvalho
Lívia Domeneghetti Davanzo
Lorena Rodrigues Santana

PROJETO GRÁFICO
Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO
Fabrício Martins

Conferências: instrumento de participação social

Espaços para proposição de políticas públicas, as conferências são instrumentos para a sociedade opinar nas ações do governo para comunicação, saúde, assistência social e tantas outras áreas. Neste ano, estão previstas 12 conferências (veja quadro).

Com elas, o governo Federal espera que os vários setores da sociedade brasileira contribuam na formulação de políticas públicas, programas e ações governamentais, segundo o psicólogo e diretor de participação social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Pedro Pontual.

Além disso, Pontual indica ser importante que as conferências priorizem e qualifiquem as resoluções aprovadas. "Não basta chegar a uma lista de reivindicações, é preciso propor soluções que tenham viabilidade de execução e que estejam priorizadas. Fica difícil para o governo e para a própria sociedade, quando, por exemplo, são aprovadas uma centena de resoluções, sem priorização", ressalta. Para ele, priorizar significa indicar ao governo o que a sociedade considera mais relevante.

A discussão da intersetorialidade de temáticas e a busca para criar novos mecanismos e linguagens de consulta são outros desafios que o governo pretende superar para melhorar a contribuição das conferências. "A conferência da criança e do adolescente, por exemplo, aprova resoluções que se referem à área da saúde, da cultura, da assistência, então é importante que ela comece, desde a sua convocação, a buscar articulação com órgãos do governo responsáveis pelas várias políticas de criança e adolescente, que busque contatar organizações da sociedade que lidam com a temática", explica Pontual.

Quanto aos novos mecanismos e linguagens de consulta, Pontual afirma que algumas experiências têm mostrado que é necessário ampliá-los. "Por exemplo, na área de juventude foram criadas conferências livres, nas quais um setor ou um segmento ligado a uma área específica pode realizar uma conferência temática, produzir recomendações e sugestões que enriquecem o espaço próprio de proposição que são as conferências nacionais".

Contribuições da Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia participa de várias conferências nas quais a Psicologia pode contribuir. "A Psicologia tem participado tanto na implementação de políticas públicas quanto nas instâncias de controle social. Deve ser nosso compromisso estar presente como profissão em todas as conferências que acontecerão em 2011", indica o presidente do CFP, Humberto Verona.

Para ele, as conferências têm o mérito de estabelecer democraticamente um canal de pactuação pública e transparente entre cidadãos e governantes, garantindo assim a melhoria das condições de vida para todos.

Conferências	Local/Data	Tema Central
14ª Conferência Nacional de Saúde	30/11/11 a 4/12/2011, em Brasília-DF.	Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro.
2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	21 a 23/ 11/2011, em Brasília-DF.	I – Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; II – Plano Nacional de Juventude: prioridades 2011-2015; III – Articulação e integração das políticas públicas de juventude.
1ª Conferência Nacional de Turismo	2º semestre de 2011, em Brasília-DF.	Aprimoramento do Modelo de Gestão Descentralizada, Compartilhada e Participativa do Turismo no Brasil.
3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	12 a 14/ 12/2011, em Brasília-DF.	Discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e políticas das mulheres, e contribuam para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras.
4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	7 a 10/11/2011, em Salvador-BA.	Construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável e promover a soberania alimentar por meio da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente	Novembro, em Brasília-DF.	Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	2011 (etapas municipais)/2012 (etapas estaduais e nacional) em Brasília-DF.	Plano Decenal de Política Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.
3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	Novembro 2011, em Brasília-DF.	O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil.
8ª Conferência Nacional de Assistência Social	7 a 10/ 12/2011, em Brasília-DF.	Avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social – Suas com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.
1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social	2011 (etapas municipais)/2012 (etapas estaduais e nacional), em Brasília-DF.	A sociedade no acompanhamento da gestão pública.
1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente	2011 (início) – Etapa nacional em 2012 em Brasília-DF.	I – Geração de mais e melhores empregos com proteção social; II – Erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil; III – Fortalecimento do diálogo social.
2ª Conferência Nacional LGBT	Novembro de 2011, em Brasília-DF.	Tema ainda não definido.

Campanha

Psicologia de muitas e de março

A Psicologia foi, ao longo dos anos, ampliando sua atuação na sociedade e hoje está presente em diversos campos. Nesse processo de construção da profissão, é notória a participação das mulheres, que deram contribuições inestimáveis para o desenvolvimento da Psicologia. Hoje elas representam 89% do contingente profissional.

Para celebrar em conjunto com as mulheres psicólogas, que em seu dia a dia colaboram para enriquecer a profissão, o Conselho Federal lançou em março a campanha "Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres" para conversar sobre direitos diretamente com as psicólogas, e também valorizar o protagonismo feminino e as experiências de promoção da democracia e da cidadania plena das mulheres. A campanha ocorrerá até o Dia do Psicólogo, 27 de agosto.

Com a iniciativa, o CFP quer dialogar não apenas sobre o exercício profissional, mas também sobre a construção da identidade da mulher contemporânea, que se desdobra para assumir diferentes papéis na sociedade, e ampliar a discussão sobre a contribuição da Psicologia para a garantia dos direitos das mulheres.

Na página http://mulher.pol.org.br, as psicólogas podem enviar fotos e vídeos do seu cotidiano profissional. As 300 melhores fotografias e os 50 melhores vídeos serão premiados simbolicamente com camisetas alusivas à campanha. Com as fotos, será construído um grande mapa com imagens da Psicologia no Brasil e será possível visualizar as práticas profissionais em diversas áreas da Psicologia e em diversos locais do país.

Tem histórias para compartilhar? Deixe seu depoimento em http://mulher.pol.org.br. Vamos fazer da página um espaço de interação e encontro das mulheres da Psicologia brasileira.

Além disso, é possível deixar relatos de experiência, comentários e mensagens. Por meio da trajetória profissional de mulheres que fizeram história na Psicologia, conhecer-se-ão também os passos dados pela categoria até os dias atuais.

Prêmio

Haverá ainda o prêmio para experiências exitosas em democracia e cidadania plena das mulheres, realizadas por psicólogas e psicólogos. Os trabalhos serão avaliados por uma comissão. Os três primeiros colocados receberão a premiação em dinheiro e serão publicados.

O objetivo da premiação é divulgar as atividades que contribuam com esse desafio e articulem o saber e a prática psicológica com a construção de ações afirmativas dos direitos das mulheres, entre outros aspectos vinculados ao exercício da democracia. As inscrições podem ser feitas até 1º de junho de 2011. Na página da campanha está disponível o edital com as demais informações sobre o prêmio (http://mulher.pol.org.br/premio).

Momento histórico

A ascensão de uma mulher à Presidência da República, pela primeira vez na história brasileira, gera a expectativa de um reordenamento das relações de poder em nossa sociedade. Para a conselheira vice-presidente do CFP, Clara Goldman, o momento deve ser entendido como a valorização da participação feminina no Estado, nas relações sociais e políticas, que deve ampliar o protagonismo da mulher nos diversos campos.

diferentes mulheres

Violência contra a mulher: tema requer ações urgentes

A cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. O dado alarmante foi revelado pela pesquisa "Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado", realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, em 25 estados, em agosto de 2010. O dado mostra o quanto o país ainda tem de caminhar para respeitar as mulheres e, para o CFP, prova a relevância de promover um prêmio profissional que estimule a difusão de experiências para combater o problema.

Em comparação com a pesquisa realizada em 2001, quando eram oito mulheres espancadas no mesmo intervalo, houve melhora no índice, atribuída à Lei Maria da Penha, porém os dados mostram que a violência contra a mulher não é um problema privado, de casal, mas sim um problema social que exige políticas públicas e ações de combate.

No dia 14 de março, no programa de rádio semanal Café com a Presidenta, Dilma Rousseff, disse estar preocupada com os índices de violência contra a mulher no Brasil. Na ocasião, ela se comprometeu a garantir que a Lei Maria da Penha seja cumprida e pediu à população que denuncie os casos de agressão contra mulher. Para os profissionais da saúde, tanto da rede pública quanto privada, a notificação é obrigatória. "O Ministério da Saúde tornou obrigatória a notificação da violência contra a mulher em toda a rede pública e privada do país na área da saúde. Quem não notificar que atendeu uma mulher agredida está sujeito a punição administrativa e corre o risco de ser punido por seu conselho profissional", alertou a presidenta.

Entre os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, que atuam em temas ligados à mulher, o combate à violência contra mulheres é prioridade. Por isso, os conselhos têm buscado construir referências para os profissionais que lidam com a temática. Há uma comissão especial trabalhando para elaborar documento de referência para atuação dos psicólogos em serviços de atenção às mulheres em situação de violência que está em fase de produção, e na página www.crepop.pol.org.br é possível acessar o relatório da pesquisa sobre o tema.

Ações futuras do CFP na área

Como eixos norteadores de suas ações nos próximos três anos, o Sistema Conselhos de Psicologia pretende implementar a política para as mulheres nacionalmente; fortalecer as bases para o enfrentamento da violência de gênero e ampliar o diálogo com as mulheres psicólogas.

Além disso, procurará dar visibilidade à construção das identidades das mulheres pertencentes às culturas tradicionais – ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, indígenas –, bem como da mulher latino-americana, fortalecendo o debate nas discussões da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi).

O CFP é membro do Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres – espaço para propor e opinar sobre os rumos das políticas públicas femininas. A vaga foi conquistada em agosto de 2010 e, em 2011, a proposta é consolidar essa participação.

Mural: (http://mulher.pol.org.br/mural)

[...] A atuação do psicólogo cada vez mais presente em diversas áreas de trabalho propicia a conquista de melhoria de qualidade de vida de toda a população, o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem a emancipação das pessoas pelo conhecimento de seus direitos, reconhecimento de desejos e anseios e principalmente o exercício da cidadania consciente, tornando nosso país mais igualitário, justo e mais brasileiro. Beijos, parabéns a nós todas, mulheres e psicólogas do nosso BRASIL!!!!!!! Thays Moura, 5 de março.

Ser psicóloga remete-me a uma vivência constante em lidar com as questões humanas e suas emoções, tendo o desafio de estar administrando nossas próprias condições enquanto mulheres, profissionais, esposas, amigas, filhas, irmãs, vizinhas, mães. Enfim, enfrentar desafios e anseios provenientes da profissão escolhida e ser singular no sentido da figura que somos perante clientes e pessoas que fazem parte de nossa vida!! Elisangela Barbosa, 8 de março.

Acho, muitas vezes, que confundem igualdade de gêneros com possibilidade de explorar mais ainda as mulheres. Portanto, as mulheres na luta pela sua cidadania conquistaram muito, e devem conquistar ainda mais, percebendo quando estão querendo nos explorar e não permitindo esse tipo de situação. [...] Rosemary, 6 de março.

Emergências e desastres

Psicologia: muito a contribuir na redução de

Um tornado atingiu o município catarinense de Guaraciaba na noite de 7 de setembro de 2007. Os ventos, que passaram de 200 km/h, cortaram a energia, destelharam casas, derrubaram construções. Aviários, pocilgas e estrebarias da região, cuja economia é baseada na produção agrícola, foram ao chão. Dos quase 11 mil habitantes, mais de 9 mil foram diretamente atingidos e houve 4 mortes. A psicóloga Maria Carolina da Silveira, que vivia na cidade e trabalhava no Centro de Referência em Assistência Social (Cras) local, teve sua casa destelhada. Mas, pelo seu relato no Seminário Estadual de Emergências e Desastres: Estratégias Latino-Americanas de Enfrentamento à Questão, em Vitória, ES, dia 25 de fevereiro, a experiência mais marcante foi a de compartilhar a perspectiva de afetada pelo tornado com a de psicóloga que integrou a equipe mobilizada para a reconstrução da cidade.

A primeira tarefa, conta Maria Carolina, foi atuar com feridos e seus familiares no hospital. Depois, atuou na distribuição de água e comida. "O trabalho inicial foi de estabelecer o mínimo necessário de sobrevivência das pessoas", afirma. "Fizemos trabalhos no individual e no coletivo, porque grupos proporcionam compartilhar, retomar. O psicólogo entra como mediador", avalia. O pós-desastre, quando o problema deixa de ser notícia e torna-se necessário mobilizar voluntários, foi destacado como momento que requer especial atenção, pois as equipes locais precisam planejar como será a vida a partir da saída da ajuda adicional que chega quando ocorrem as tragédias.

O seminário teve participação de 300 pessoas, foi organizado pelo CFP e pelo CRP 16 e faz parte do plano de ação para o campo da Psicologia das emergências e desastres, formulado pelos Conselhos de Psicologia no início de 2011.

Maria Carolina destaca a questão ética envolvida no trabalho, que considera ser o de promover o protagonismo das famílias. Para ela, o desafio para os psicólogos é construir um fazer que tenha competência teórica e técnica para atender à população de maneira integral. "Temos recursos, quando nos organizamos e buscamos elementos dos diversos campos da Psicologia. Com muito trabalho e diálogo, conseguimos mostrar [aos gestores locais] que o acompanhamento não poderia parar em poucos meses", avalia, brincando que, com o vendaval, os segredos de família, que eram colocados embaixo dos tapetes, voaram todos. "Os mecanismos de defesa para manter ocultos os problemas voaram e veio tudo à tona", pondera.

A experiência de Guaraciaba, uma cidade que conseguiu reconstruir-se após o desastre, mostra que, quando diversos setores da administração pública conseguem agir em conjunto e organizar políticas, é possível superar as situações de emergências. Mas, no Brasil, isso nem sempre acontece. Em Ilhota, outro município catarinense, as enchentes que atingiram a comunidade do Morro do Baú em 2008 parecem ainda não ter acabado. Grande parte dos problemas não foi resolvida.

Segundo Tatiana Reicher, presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb), casas não foram reconstruídas, agricultores não receberam ajuda para retomar suas plantações, tendo que recomeçar o trabalho no campo com escassos recursos próprios. A escola onde estudam 450 crianças está em área de risco, precisa de reparos há dois anos e, de acordo com Tatiana, já foram destinados recursos para uma obra nunca iniciada. "A tragédia é o depois, é passar a viver com perspectiva que não tinha antes, é não ver futuro à frente com segurança, e não ter poder público presente. Isso é um desas-

"Temos fechado os olhos para catástrofe social"

A socióloga Norma Valêncio, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped), da Universidade de São Carlos, SP, defende a construção de territorialidades seguras para todos. "A sociedade precisa ser proativa na resolução dos problemas. O componente humano dos desastres não pode escapar. Grupos humanos não são passíveis de remoção, não podem ser transplantados de um lado para o outro. Retirada compulsória não pode ser aliada à restrição do acesso dos pobres a territórios melhores", avalia a socióloga, para quem as desigualdades aceitas cotidianamente no país são campo fértil para calamidades. Norma associa prevenção de desastres a condições dignas de vida para a população.

Para ela, o desastre não é problema técnico, e pensar em soluções baseadas em obras e megacomputadores é reducionista. Em um desastre, cada grupo – e cada pessoa – vive a situação a partir de perspectiva distinta. Os profissionais envolvidos precisam enxergar grupos afetados, compreender lógicas e processos políticos que vivem. E o poder público, para gerar soluções efetivas, precisa "aglutinar a diversidade de dramas", envolvendo-se em uma "escuta ativa" e promovendo um processo coletivo de planejamento que permita trocas de conhecimento, treinamentos conjuntos, capacidade de avaliação e apoio mútuo, afirma a pesquisadora.

riscos e na reconstrução das comunidades

tre social", avalia a liderança. "Dinheiro até chega, mas não vai para o lugar certo. Não temos uma única obra finalizada e as que estão quase prontas são piores do que antes. Isso é descaso", questiona Tatiana, para quem é central o papel da sociedade, que precisa lembrar ao poder público de que se trata de vidas humanas. No Baú, o socorro demorou quase 20 horas para chegar, e veio por meio dos bombeiros voluntários.

Tatiana aponta que, no Brasil, a falta de cultura de prevenção e preparação é um dos grandes desafios a ser superado. As falas dos convidados internacionais do seminário comprovam a tese. Para Desireé Salazar, da Sociedade Peruana de Psicologia em Emergências e Desastres, a preparação das comunidades é central para o enfrentamento das emergências. "A comunidade tem que conhecer a probabilidade de que ocorra terremoto, chuva, erupção vulcânica. Precisa reconhecer o risco e adotar medidas de segurança", avalia. No Peru, as estratégias de defesa valorizam os líderes comunitários, que devem saber quantas crianças e quantas famílias moram ali, além das características de cada uma delas. Conhecer as peculiaridades culturais dos grupos permite aos psicólogos manejar mensagens claras de atenção, na avaliação de Desireé.

América Latina

No Peru, psicólogos atuam na gestão de riscos, no planejamento para a redução dos riscos, na administração dos desastres e na recuperação diante de eventos já ocorridos. "É possível reduzir o risco se formos cuidadosos em nossa relação com o ambiente e conscientes de nossas debilidades e vulnerabilidades ante ameaça existente", afirma a psicóloga. Nos estudos sobre vulnerabilidades das comunidades, cabe aos psicólogos tanto conhecer aspectos relacionados à localização geográfica e geológica como, sobretudo, atuar na educação das comunidades em risco, contribuindo para que conheçam a possibilidade de ocorrência e adotem medidas de segurança. Assim como ocorreu com Maria Carolina em Santa Catarina, no país vizinho os psicólogos também atuam na sensibilização e capacitação das autoridades e de outros profissionais envolvidos nas organizações.

País costeiro que teve de aprender a se relacionar com terremotos, por estar localizado no encontro de duas placas tectônicas, o Chile impulsiona sua política de prevenção obrigando empresas com mais de 20 empregados a ter grupos paritários de prevenção. Aquelas com mais de 100 empregados devem ter um expert em prevenção de riscos, de acordo com Rodrigo Molina, psicólogo e bombeiro – em seu país, uma atividade voluntária. "A combinação da experiência concreta dos bombeiros e da ação do psicólogo é algo que merece atenção, mas que ainda precisa ser mais desenvolvida", avalia Rodrigo. Para ele, questão central é como as populações conseguem viver com a sensação de risco. Outro ponto importante é aprender com erros. Em 2009, o sismo chileno foi 31 vezes mais forte e liberou 178 vezes mais energia que o terremoto do Haiti, no qual morreram mais de 200 mil pessoas. No Chile, as mortes foram cerca de 500, mas ainda assim muitas delas poderiam ter sido evitadas. Houve mais desmoronamentos de edifícios novos, que não respeitaram as regras de construção do país, do que de prédios antigos.

Inserção no território

A psicóloga Ângela Coelho, que trabalha com aspectos psicossociais das emergências e dos desastres desde 1993, aponta que, quando os desastres ocorrem, as pessoas procuram os contatos que têm no território. Daí a importância da interseção do trabalho do psicólogo com o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Único de Saúde (SUS), e que sua intervenção seja pautada pela escuta, pela compreensão das necessidades das populações e pelo diálogo com elas. "Quanto mais próximos da atenção básica, mais rápido vamos identificar quem precisa de cuidado. Não se trata de um grande plano, mas de um engajamento contínuo", defendeu Ângela, durante oficina realizada na cidade de Linhares, ES. "É preciso derrubar mitos: a questão não é identificar patologias, é estar onde as pessoas estão, nas atividades difíceis", afirma. Em seu entender, mais do que avaliar o stress causado pelo evento nas pessoas, a Psicologia pode se concentrar nas capacidades e nas vulnerabilidades das pessoas envolvidas no desastre.

Ancorada em debates internacionais sobre o tema, a psicóloga defende que os municípios, os estados e o país estejam preparados para desastres, construindo planos de contingência que definam quem deve ser acionado e quando, determinem sistemas de coordenação nacionais e locais, tracem planos para atuação de profissionais engajados e garantam que tais pessoas estejam capacitadas para agir.

"Este seminário sintetiza os desafios de articular assistência humanitária, o compromisso social da profissão (que se posiciona pelo atendimento das demandas e urgências do país e empenho crítico sobre políticas públicas) e o desafio de redefinir e congregar atores sociais envolvidos nas situações de emergências e desastres", avaliou Clara Goldman, vice-presidente do CFP, na abertura do evento.

Planejamento estratégico para a área:

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia realizaram, em abril, planejamento para ação no tema de emergências e desastres, definindo como eixos de trabalho, entre 2011 e 2013:

- Incentivar a produção, elaborar e difundir referências conceituais, metodológicas e tecnológicas de atuação da Psicologia em situação de emergências e desastres;
- Acompanhar e intervir em políticas públicas;
- Garantir educação permanente em emergências e desastres e promover a inserção do tema na formação acadêmica;
- Articular com atores sociais para potencializar a formulação, implantação, monitoramento e avaliação da política pública de defesa civil.

Para 2011, foram definidas ações específicas em cada um dos objetivos.

Entrevista

Desafios para a política de Assistência Social: a gestão,

Expandir e aprimorar a jovem política brasileira de Assistência Social são desafios da nova gestão do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que, no governo Dilma Rousseff, ganha nova – e ampla – tarefa: a de coordenar ação interministerial de enfrentamento da pobreza extrema e da miséria.

A orientação do novo governo é pela continuidade do trabalho dos últimos oito anos, quando foi implementado o Sistema Único de Assistência Social (Suas), reorganizando a política pública na área a partir das bases normativas que datam da década de 90, como a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e a Norma Operacional Básica (NOB).

A tarefa de aprimorar a gestão do Suas – que em seis anos conseguiu alcançar 98% dos municípios brasileiros, de acordo com o MDS – inclui investir na formação dos trabalhadores e implementar a tipificação dos serviços oferecidos, de forma a garantir padrão para as atividades, ainda que adequando-as às realidades locais.

Os temas foram tratados por José Crus, coordenador-geral de implementação e acompanhamento da política de recursos humanos do Departamento de Gestão do Suas/MDS, em entrevista ao Jornal do Federal. Confira trechos da entrevista:

Trabalhadores

A principal tecnologia da Assistência Social são seus trabalhadores. Não temos remédios, equipamentos para identificar a vulnerabilidade. Lidar com trabalho infantil, exploração sexual de criança e adolescente, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, etc., requer profissionais com expertise.

O PL Suas [3077/2008] é um dos principais itens da agenda do MDS. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e tramita no Senado. Ele altera a Lei Orgânica de Assistência Social, traz para dentro dela os níveis de proteção, a organização do Suas, os equipamentos públicos estatais, tais como os Cras [Centros de Referência da Assistência Social] e os Creas [Centros de Referência Especializados]. Ele autoriza – esse é o grande ganho – estados, municípios e o Distrito Federal a utilizar recursos do governo Federal para pagamento do seu quadro efetivo.

Gestão

Outra agenda é estruturar a gestão do trabalho, fundamental para a qualidade do serviço. Faz parte dela a especialização em Assistência Social para trabalhadores de nível superior; formação técnica para os trabalhadores de nível médio. Temos de desenvolver habilidades e potencialidades nos trabalhadores, para desenvolvê-las nos usuários.

Estamos estruturando a política nacional de capacitação, que estabelece as responsabilidades dos entes federados nas redes pública e privada, e será pactuada em 2011. O governo capacita trabalhadores vinculados ao poder público. Cabe aos estados e aos municípios participar do processo, atender às especificidades do seu território. Capacitação também se dá no Cras, no Creas, discutindo casos, atendimentos.

Habilitação de categorias

Com base no censo de 2008, o Conselho Nacional Assistência Social identificou as categorias já inseridas na Assistência Social e convidou conselhos profissionais para o processo. Começamos pelo debate transparente, democrático, com trabalhadores nas cinco regiões do país. Discutimos com eles quais são os conhecimentos, as técnicas e as habilidades necessárias para alcançar os objetivos dos serviços socioassistenciais, conforme colocados na tipificação. A partir disso vamos habilitar categorias profissionais para atender às especificidades dos serviços e para compor as equipes, dizendo onde cada categoria pode contribuir, por níveis de complexidade e na gestão do sistema. O território brasileiro requer outras expertises, profissionais que contribuam com a equipe de referência. Por exemplo, um Cras indígena requer um antropólogo, ou que um antropólogo possa apoiar e assessorar a equipe. Romper com o modelo assistencialista, clientelista, requer profissionalizar a área, porque isso traz comprometimento ético, técnico, político.

Encontro nacional

Nos Encontros Regionais de Trabalhadores do Suas [realizados em 2010, pelo Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS] e pelo MDS, escutamos muitas reivindicações sobre vínculo empregatício, relações de trabalho, precarização da contratação. No Encontro Nacional [realizado em março de 2011], trazemos a discussão do mundo do trabalho, da precarização, dos vínculos, situando-as em discussões mais amplas, e suas implicações na Assistência Social.

os trabalhadores e a Psicologia

Queremos aprimorar essas relações, a atividade, o sistema. Tem de ter contratação via concurso público, plano de cargos e salários, reconhecimento, especialização, certificação profissional. Hoje somos 37% dos trabalhadores efetivos. Temos ainda muitas ações a fazer, mas avançamos muito para uma política pública que tem seis anos. Em 2006 tínhamos 80% de voluntários.

O Encontro Nacional vai pautar vários temas e dar feedback do processo de habilitação das categorias para os trabalhadores. Depois, vamos aprimorar o que for necessário e traduzir esse conteúdo em resolução do CNAS para habilitar rol de categorias profissionais para o Suas. Para encerrar, temos esse ano processo de conferência que traz a valorização dos trabalhadores como eixo central. Consolidar o Suas e valorizar seus trabalhadores é o tema, a chamada, pois é nisso que queremos chegar. Somos mediadores do direito, precisamos estar qualificados para essa missão.

Atendimento

Estamos trabalhando o Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e transferência de renda, instrumento de gestão que auxilia trabalhadores e gestores a priorizar atendimento àqueles que mais necessitam, aqueles que mais têm o seu direito violado. Assistência Social é para quem dela precisa; como lida com o relacional, tem de ser proativa, ir à casa das famílias, fazer acompanhamento, inserir as famílias em atividades coletivas com objetivo de fortalecer vínculo familiar, comunitário. O protocolo aponta público prioritário do atendimento, com base em informações do cadastro único de informações dos programas sociais dos governos – Federal, municipal, estadual.

Implantação dos Cras e Creas

Hoje, 98% dos municípios brasileiros têm um Cras cofinanciado pelo governo Federal. Apenas 160 municípios não têm, ainda não aderiram, estão no processo de reestruturação da sua política de assistência social. O Creas atende à família ou ao indivíduo que já passou pela violação do direito e cumpre medida aplicada pelo Judiciário. O esforço é para prevenir essas situações, então, quanto menos Creas, melhor.

A Conferência definiu que todos os municípios devem ter um Cras cofinanciado pelo governo Federal, para depois se pensar em expandir o número. Para municípios de pequeno porte, cerca de 4.800 no Brasil, um Cras está ótimo, referencia 5 mil famílias.

Superar o assistencialismo

Outra agenda prioritária é implantar a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Historicamente, cada gestor dava um nome para o que se fazia na Assistência. Hoje temos parâmetros, a tipificação padroniza a nomenclatura dos serviços em qualquer lugar do país, diz a que direito se referem.

Ela contribui muito com o rompimento de práticas clientelistas, autoritárias, paternalistas, de troca de favores, que subalternizam os usuários, de direitos materializados na casa da primeira dama, toda essa lógica que historicamente perpassou a área. Ao tipificar, se estabelece o que é serviço público, qual o serviço ofertado no Cras, se os serviços podem ser oferecidos por entidades privadas e vinculados ao Suas. O serviço ofertado tem de estar vinculado ao Cras, ao Creas. Nesses seis anos, o esforço foi de implantar o sistema. Agora, estamos num segundo momento, de qualificar a gestão e aprimorar serviços.

Psicólogos trabalhando

Hoje temos 9.829 psicólogos nos Cras e nos Creas, de acordo com o 4º Censo do Suas, de 2010. São 7.122 psicólogos nos Cras, 14% dos profissionais de nível superior. Nos Creas, eles são 19% dos profissionais de nível superior. Isso é possível porque a NOBRH [Norma Operacional Básica de Recursos Humanos] foi um grande avanço. Compõem a equipe de referência, com presença obrigatória, o assistente social e o psicólogo. Na proteção social especial de média complexidade, inclui-se o profissional do Direito.

O CFP tem assento no Conselho Nacional de Assistência Social. Participação é princípio da política desde 1997, quando foi aprovada a Loas, que possibilita gestão participativa. Na foto acima, o entrevistado José Crus

Já pactuamos na Comissão Tripartite [integrada pela União, estados e municípios] metas de desenvolvimento do Cras. O município terá o recurso bloqueado se não alcançá-las. Uma das metas é, até 2013, cada município ter equipe de referência fixa e efetiva no equipamento público estatal. A Psicologia e o Serviço Social dão conta da oferta de cursos e da quantidade de trabalhadores necessários na área. O que podemos pensar é até que ponto a Psicologia está formando esse trabalhador para atuar de forma qualificada e contribuir. Nosso grande desafio com a Psicologia é romper com a clínica, função de saúde, não de assistência social. A contribuição da Psicologia é essencial para o trabalho multidisciplinar, no processo de relação da família, dos indivíduos na família, dela com a comunidade, no processo de reconstruir, com esses sujeitos, projetos de vida.

Municípios interioranos têm dificuldades de acesso, as prefeituras não têm recursos para pagar pessoal. Agora, tem pacto, tem o PL, o Suas. O SUS tem 30 anos e até hoje faltam médicos no interior. O Suas tem seis anos! Estamos buscando acertar, garantir direito à Assistência Social a todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Sistema prisional

Mutirões carcerários e o debate

Desde 2008, os Mutirões Carcerários vêm desenhando uma fotografia dos problemas enfrentados pelo sistema prisional brasileiro. Cadeias superlotadas e com condições impensáveis para qualquer projeto de reinserção social se repetem nos relatórios da atividade, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público. As equipes que visitam cárceres e revisam os processos encontram presos com penas vencidas – houve caso em que a demora para a soltura tardou 14 anos – e pessoas cuja privação de liberdade provisória se estende por anos, sem julgamento ou denúncia do Ministério Público. Não faltam casos de alimentação insalubre, maus tratos, ausência de camas, escuridão, prédios maltratados, banheiros imundos, falta de funcionários e até de organização dos processos. E, no que um dia foi pensado como saída para a ressocialização dos presidiários, as iniciativas de formação profissional são exceções.

Sobre o mutirão, as perspectivas de uma juíza, de uma defensora pública e da representante da pastoral carcerária entrevistadas pelo Jornal do Federal convergem: é interessante por dar visibilidade aos problemas, mas está longe de ser solução para problemas estruturais do sistema prisional. "O mutirão acaba sendo instrumento importante porque envolve todos os atores do sistema e dá visibilidade para os problemas. Entretanto, só tem sentido se conseguir apontar canais para que não seja necessário continuar fazendo sempre", avalia a juíza Kenarik Boujikan Felipe, cofundadora da Associação Juízes pela Democracia. Para a irmã Petra Silvia Pfaller, da Pastoral Carcerária, a iniciativa é válida porque o Poder Judiciário acompanha a execução penal e fiscaliza os estabelecimentos prisionais, mas é localizada e não atinge todos os presos. "Me entristece o fato de ser necessário se fazer mutirão carcerário, pois deveria

Experiências apontam caminhos para atuação da Psicologia

Para além da realização de exames criminológicos e da participação em procedimentos disciplinares, psicólogos do sistema prisional vêm construindo experiências de cuidado com a saúde mental dos presos.

No Rio de Janeiro, a psicóloga Denise Gevaerd desenvolve, em unidade de regime semiaberto, o projeto "Porta de entrada", que orienta presos recém-chegados sobre o funcionamento do local, informa-os sobre consequências de eventuais evasões e, quando necessário, contribui com a busca de tratamentos de saúde, inclusive para superar a dependência de drogas. Também aproxima as famílias dos presos que, em livramento condicional, caminham para retornar ao convívio.

Inquieta com as tarefas que recebeu desde que começou a trabalhar no sistema prisional, há 10 anos, e atenta aos "catuques" dos presos, isto é, aos bilhetes pedindo ajuda ou atendimento, Patrícia Schaefer construiu o Projeto Acolhimento, em uma penitenciária de segurança máxima, onde atuou também na construção de uma biblioteca, trazendo a leitura como apoio para reclamações de ociosidade, falta de concentração, ansiedade. Idealizado por presos de outra penitenciária e com apoio da psicóloga, o "Ciclo de Ideias" é formado por encontros semanais nos quais os detentos falam sobre o que os aflige. Ela percebe, entre os presos, o desejo de canais para levar suas ideias e suas questões para fora dos muros, para ser ouvidos pela sociedade livre, pelas autoridades, e provocar mudanças.

Patrícia também promoveu a participação de presos na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que permitia apresentar propostas à etapa nacional por meio de conferências livres. A discussão reuniu metade dos detentos e rendeu propostas de 7 princípios e 20 diretrizes. "Realizar uma conferência livre dentro do presídio signifi-

sobre prisões no Brasil

ser normal que se acompanhasse a execução penal, que se respeitassem os prazos e os vencimentos da pena, que se fiscalizassem os estabelecimentos prisionais", avalia.

Em alguns estados, como o de São Paulo, não há defensores públicos suficientes para atender à população carcerária que não pode ter advogados particulares, o que piora o andamento dos processos. Os mutirões, então, são paliativos, mas obtêm alguns resultados, sobretudo quando conseguem dar retorno aos presos e informá-los sobre sua situação processual, conforme avalia a defensora pública Carmem Silvia de Moraes Barros, coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de SP.

Críticas

Na avaliação de duas psicólogas entrevistadas, no entanto, o mutirão cria problemas adicionais, quando exige que essas profissionais realizem exames criminológicos em ainda menos tempo do que no dia a dia. "Se alguns de nós, psicólogos, já vínhamos nos posicionando contra a participação nos exames criminológicos, enfatizando que esse não é um instrumento da Psicologia, mas uma criação do Judiciário, tais exames nas condições dos mutirões configuram um desrespeito à nossa prática profissional", avalia a psicóloga Denise Gevaerd, da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. "A participação é absurda e totalmente antiética", completa.

A psicóloga Patrícia Schaefer também critica: "Se questionamos o exame criminológico por não atender aos princípios éticos e técnicos da profissão, segundo o próprio CFP, o que dirá no mutirão. Embora o mutirão agilize os benefícios, não dá conta de resolver a situação caótica do sistema penitenciário. É preciso ter uma política penitenciária séria e sólida em nível nacional", avalia.

O problema, para Denise, está relacionado à Psicologia ser vista como ciência auxiliar do Direito. Ela situa a origem da questão na ausência da Psicologia no debate que levou à criação da Lei de Execuções Penais, a LEP, de 1984.

A juíza Kenarik reconhece o problema e defende uma execução penal capaz de identificar a complexidade das relações humanas. "[O sistema prisional] precisa ter equipe de saúde com psicólogo, assistente social, educador. Não quero minimizar a importância do aspecto jurídico, mas não pode ser só isso, é preciso ver todas as relações das pessoas envolvidas, com quem está dentro do sistema e com quem está do lado de fora", defende. O debate, no entanto, está longe de ser enfrentado. "Não existe esse olhar coletivo, múltiplo, no sistema prisional, ainda que haja experiências pontuais", questiona, apontando a necessidade de diálogo entre as categorias profissionais.

O cumprimento da legislação sobre a assistência à saúde dos presos poderá possibilitar contribuições da Psicologia ao sistema prisional, conforme apontam Denise e a defensora pública Carmem Silvia. Elas citam o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (Portaria Interministerial nº 1.777/03), que determina a presença de equipes de saúde em penitenciárias com mais de 100 presos e, a cada 500 detentos, compostas por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo e auxiliares. "Essa equipe seria importante para que a pena tenha algum sentido, se é que é possível dar algum sentido à pena", questiona.

O sentido da pena

Permeando a discussão sobre as possibilidades de ação do psicólogo, está o debate sobre o sistema prisional. O Jornal do Federal perguntou às entrevistadas sobre por que a sociedade brasileira não enfrenta o problema das condições de vida – e de trabalho – nos presídios, apesar de antigo. As respostas compõem um panorama amplo

ca romper os muros da prisão, com o objetivo de inserir o sujeito preso nesse processo como participante ativo, incluindo-o assim na sociedade, propiciando sua reflexão e implicação com as questões do cárcere, da segurança, da violência, ao mesmo tempo em que se fará ouvir pela sociedade livre", avalia a psicóloga. Para ela, as muitas iniciativas individuais não ganham força pela falta de apoio oficial. "É frequente que projetos sejam interrompidos, prejudicados pela grande quantidade de exames criminológicos e participação dos psicólogos em procedimentos disciplinares", questiona, defendendo a instituição de práticas éticas e transformadoras.

O projeto Arte Livre: Marcando o Futuro de Santa Maria, RS, é iniciativa de psicólogos e de outros funcionários do sistema prisional que recebeu apoio do poder público local e nacional. Eles se aliaram a organização sem fins lucrativos para oferecer formação profissional e possibilitar construção de perspectivas de vida para os apenados em regime fechado, oferecendo curso de marcenaria e participação em grupos psicossociais.

Desde 2008, 74 presos já aprenderam um ofício, receberam certificado do Senai e puderam refletir sobre identidade, família, saúde, drogas, valores, protagonismo e sobre apoderar-se de suas escolhas, conforme relata a coordenadora do projeto, a psicóloga Larianne de Andrade Saul. "O trabalho de avaliação dos apenados, sozinho, é muito ineficiente, não efetiva tratamento penal nem traz inclusão social. A partir de diagnósticos, resolvemos fazer trabalho de profissionalização e capacitação", lembra. A equipe já faz móveis sob encomenda (www.almarcandofuturo.com.br). Os resultados do projeto, segundo Larianne, podem ser vistos nas avaliações dos apenados e na diminuição da reincidência quando vão para o regime semi-aberto.

das necessidades da estrutura punitiva brasileira. Apontam uma mentalidade punitiva, que mantém a pena privativa de liberdade como a principal, tornando o Brasil o terceiro país com maior número de presos do mundo, cerca de 500 mil detentos, de acordo com dados do CNJ, em 2010.

Penas restritivas de direitos e mecanismos de punição que não aprisionem raramente fazem parte do campo de visão nacional. "O poder judiciário acha que se resolve problema social com pena, que quanto mais a pessoa fica encarcerada maior a chance de resolver. Temos visto que quanto maior o índice de aprisionamento e o tempo de permanência, maior o índice de reincidência", questiona Carmem Silvia, citando dado do Departamento Penitenciário Nacional: 76% dos presos vêm de famílias com renda inferior a um salário mínimo. "Temos, efetivamente, a criminalização da pobreza. Então, a primeira questão é de investimento em políticas preventivas, cultura, saúde e educação", avalia a defensora pública. O segundo problema, para ela, é a construção de novos prédios para solucionar a superlotação, em vez de enfrentar o problema dos que existem e não cumprem o papel de ressocialização. "Não há acompanhamento, os presos são socados lá dentro e acabou. Onde há equipes de saúde, são ínfimas. A porcentagem de presos que estuda não passa de 7%. A prisão é absolutamente sem sentido", questiona.

Para a juíza Kenarik Boujikan Felipe, a situação das prisões reflete a visão de que presos não são humanos, de forma que não são vistos como sujeitos de direitos. "A leitura é de que, se a pessoa eventualmente cometeu crime, tem mais é que passar pela humilhação, pela ilegalidade, pela indignidade. Contra aqueles não considerados como pessoas, pode-se fazer qualquer coisa", avalia, lembrando que, após as condições degradantes nas prisões, as pessoas voltarão ao convívio social em posição pior do que quando entraram no sistema prisional.

Petra Pfaller percebe avanços no cumprimento da pena nos últimos 15 anos, mas nota que continua havendo descaso. "Faltam políticas públicas sérias. Políticas penitenciárias e criminais que não se baseiem somente na repressão, numa justiça vingativa e retributiva", afirma, questionando o argumento da falta de verbas. "Não falta dinheiro para comprar mais armas, mais viaturas e para construção de mais presídios. 'Falta verba' para investir em projetos preventivos, na educação e no sistema da saúde. Por isso eu falo que é falta de vontade política para mudar esse quadro caótico no sistema prisional hoje".

Página da Abep

Novas Diretrizes Curriculares para a Psicologia

Em 15 de março último foram instituídas Novas Diretrizes Curriculares para a Psicologia, que substituem as de 2004. A alteração deve-se à Normatização sobre a Licenciatura em Psicologia, que já havia sido anunciada anteriormente na Lei de 7 de maio de 2004.

Segundo o art. 13 da Resolução que estabelece normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia

[Art. 13. A formação do professor de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no País.

E que estipula:

§ 6º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;

b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

Os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar terão apostilada, em seus diplomas de Psicólogo, a Licenciatura.

E no caso da Formação de Professores de Psicologia:

As atividades referentes à Formação do Professor, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao Curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização.

Como todos devem ter acompanhado, a ABEP, em conjunto com outras entidades da Psicologia Brasileira, empenhou-se em discutir a inserção da nossa área no Ensino Médio, em especial no que diz respeito a sua proposta de renovação. A resolução vai ao encontro desse debate. O projeto de formação de professores para a educação básica tem avanços, em nosso entender. O que a categoria – alunos, professores, coordenadores – precisa discutir incide nas implicações dessa nova lei para a organização dos cursos, para uma formação bastante qualificada, para o futuro trabalho dos professores de Psicologia. Tanto no Encontro Nacional de setembro, quanto em fóruns já programados – por exemplo, no Congresso Norte-Nordeste em Salvador, faremos esse debate que, para ser frutífero, deve contar com a participação de todos.

CFP no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) vai integrar, ao lado de dez organizações da sociedade civil, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT (CNDC/LGBT) na gestão 2011-2012.

Criado em 2010, o Conselho integra a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e tem como atribuições a formulação e a proposição de diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos LGBT.

Para Eduardo Santarelo, coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral do Conselho de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT, a relevância da Psicologia na vida dessa população pode ser constatada em diversas vertentes. "A Psicologia contribui tanto na formação de uma sociedade mais densa e sólida, como na resolução de conflitos pessoais, que geralmente são resultado dos mais altos níveis de estigmatização, preconceito e discriminação contra esse grupo social. No Conselho, espera-se que o CFP traga o olhar técnico e científico para contribuir com um Brasil onde as pessoas não sofram mais discriminação em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero", disse.

Santarelo destaca ainda que a sociedade deve cobrar daqueles que os representam no CNDC/LGBT a sua efetiva atuação no combate à discriminação e na promoção dos direitos da população LGBT. "O Conselho é um espaço criado para o governo federal dialogar com a sociedade. Por isso é importante que a população LGBT fique atenta aos trabalhos, acompanhe, monitore, pois esse é um dos mais importantes instrumentos que ela tem para combater a discriminação homofóbica", indica.

"O CFP tem sido grande parceiro contra o preconceito e a discriminação contra a comunidade LGBT. A participação fortalecerá mais ainda a ajuda no combate à violência, ao estigma desta comunidade que é uma das mais discriminadas no país. O CFP, com seu aporte teórico e sua representatividade, dará muito peso às decisões do Conselho LGBT", disse o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis. A organização premiou o CFP, em 2009, pela forma como o Conselho vem tratando os direitos da população LGBT.

Histórico

A promoção dos direitos LGBT constitui uma das prioridades do trabalho do CFP e do Sistema Conselhos na perspectiva dos direitos humanos, da inclusão, do respeito à diversidade. Na avaliação do CFP, a promoção da cidadania LGBT pressupõe espaços para o controle social das políticas, mas ela se expressa fundamentalmente no cotidiano das relações sociais que devem acolher as várias possibilidades de orientação sexual.

A Resolução CFP nº 001/99 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual, é marco importante para o debate sobre o tema entre os Conselhos de Psicologia. Em 2008, o CFP lançou a cartilha Adoção: um direito de todos e todas, que traz o posicionamento favorável da autarquiae artigos de psicólogos.

Em 2010, o Conselho Federal e o GT de Diversidade Sexual da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), criado para discutir temas relativos aos 10 anos da Resolução, organizaram o Seminário Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma Sociedade de Direitos. Em março de 2011, o CFP recebeu o prêmio Dignidade Solidária, oferecido pelo Grupo Dignidade, de Curitiba (PR), em reconhecimento ao seu trabalho, inclusive pela defesa pública dos materiais educativos do Projeto Escola sem Homofobia.

Projeto Escola sem Homofobia

O conjunto de materiais do Projeto Escola sem Homofobia, que inclui vídeos, livretos, cartilhas, boletins com temas específicos e panfletos, financiado pelo Ministério da Educação (MEC), tem gerado debates entre diversos setores da sociedade. O material será enviado a seis mil escolas de ensino médio e tem como proposta combater a homofobia nos colégios do país.

O material foi avaliado como positivo pelo CFP em parecer emitido pela autarquia. "Trata-se de uma produção densa, cuidadosa, bem articulada, com recurso de acessibilidade e dinâmicas para pessoas com deficiência visual e auditiva. Representa material de vanguarda, pois são instrumentos de capacitação e formação continuada para o próprio professor, no sentido de referendar políticas educacionais e de saúde adotadas em âmbito nacional". Para o CFP, o kit reforça a atenção e o cuidado com os temas transversais da educação nas relações de ensino-aprendizagem, como no caso do respeito à diversidade sexual. Também a representação da Unesco no Brasil, órgão da ONU para educação, ciência e cultura, emitiu opinião favorável ao conteúdo do kit.

América Latina

Comissão Nacional da Verdade: como países latino-americanos trataram do tema

A criação da Comissão Nacional da Verdade, proposta na terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), teve sua discussão ampliada com o Projeto de Lei 7376/10 do Executivo, encaminhado em maio de 2010 ao Congresso Nacional.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, o PL estabelece que a comissão será criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República para examinar e esclarecer casos de violação de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, com o intuito de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Diversos países latino-americanos, entre eles Argentina, Chile, Peru e Guatemala, já tiveram suas comissões da verdade. Assim, o Brasil tem a vantagem de olhar para a experiência de outros países e aprender o que funcionou e o que não foi positivo, adaptando os mecanismos à realidade brasileira.

Para debater o assunto, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou o Seminário Internacional sobre Comissões de Memória e Verdade, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no mês de dezembro de 2010. Durante o seminário, o peruano, diretor do Programa de Verdade e Memória do Centro Internacional para Justiça Transicional, Eduardo González, tratou da experiência latino-americana. Para González, uma comissão da verdade, qualquer que seja sua forma, tem como tarefa fundamental produzir espaço de discussão e de debate social que permita, de maneira conjunta, pelo menos descartar certas mentiras e abusos históricos evidentes; e facilitar, em particular às vítimas das mais graves violações de direitos humanos, um momento em que possam contar suas experiências e vê-las validadas.

"As primeiras comissões da verdade - como a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, de 1983, a Comissão do Uruguai, de 1985, e a Comissão Nacional para a Verdade e Reconciliação do Chile, de 1990 - foram criadas pelo poder executivo de seus países e se reduziam a alguns poucos delitos fundamentais", disse González.

A comissão argentina, continua González, tratou fundamentalmente do delito da desaparição forçada de pessoas, e, como ele foi cometido somente por agentes de Estado, acabou sendo uma comissão que se ocupou apenas de um ator e desse tipo de violação.

Segundo González, a comissão do Uruguai também se encarregou da desaparição forçada, e a Chilena foi a primeira a ampliar a competência material das comissões e investigar todas aquelas violações que resultaram em mortes de vítimas, inclusive as realizadas por atores não estatais. Ainda assim, destaca ele, foi comissão com um mandato relativamente reduzido e focado em um número estreito de delitos, pois não se encarregou dos delitos que não resultavam em morte da pessoa, como, por exemplo, a tortura. Anos depois, o governo do presidente Ricardo Lagos (2000-2006) criou uma segunda comissão da verdade para enfrentar o tema.

Como exemplo de um salto de qualidade entre as comissões latino-americanas da verdade, González cita a criada na Guatemala – Comissão para o Esclarecimento Histórico, de 1997. "Ela faz,

além de uma explicação factual do que ocorreu, uma explicação histórica. Não se ocupou somente do que ocorreu, mas também de por que ocorreu. Fez, portanto, a análise dos processos históricos e políticos por trás da violência dos 36 anos de guerra civil na Guatemala", avalia.

Por fim, González recomenda que não basta a comissão da verdade apresentar um relatório final. "Creio que a lei tem de obrigar o governo federal a responder ao relatório final. A comissão deve apresentar o relatório final de forma absolutamente pública, aberta a toda nação brasileira".

Para o ex-ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, ainda resta uma dívida do Estado brasileiro não resgatada. A consolidação democrática do país não seguirá bem se a opção dos poderes públicos eventualmente for a de não tocar mais no assunto, devido à falsa impressão de que abordá-lo é correr risco de reabrir feridas. "Pelo contrário, o país já é uma democracia absolutamente consolidada, e se existe risco é o de tapar e impedir o oxigênio em feridas que ainda purgam", disse. Ele ressaltou também que o Estado brasileiro já tem, pela sua Constituição de 1988, o compromisso firmado de promover a reparação.

A atual ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, prometeu, no discurso de posse, dar seguimento ao processo de reconhecimento das violações contra os direitos humanos no período do regime militar e pediu que o Congresso aprove a criação da Comissão Nacional da Verdade. "Somente conhecendo os fatos e reconhecendo os erros, conseguiremos escrever novas e melhores páginas da nossa história", enfatizou.

Notas

Avaliação psicológica é foco do Ano Temático em 2011-04-06

O Sistema Conselhos de Psicologia costuma eleger temas que, ao longo de um ano, guiarão debates, reflexões e construção de referências para atuação profissional. O tema escolhido para 2011 foi "avaliação psicológica", e o debate acontecerá em torno de três eixos.

O primeiro eixo se refere a qualificação. Nele, serão considerados os critérios de reconhecimento e validação dos testes psicológicos a partir dos Direitos Humanos, bem como a confecção de manuais especificando contextos de aplicação e âmbitos de ação da Avaliação Psicológica. Além disso, este eixo considera o reconhecimento da avaliação enquanto processo.

O segundo eixo relaciona-se aos contextos em que a avaliação se insere, considerando as possíveis relações institucionais presentes. O terceiro promoverá debates sobre a intersecção da Avaliação Psicológica com o contexto de formação dos psicólogos.

A decisão para o tema do ano de 2011 foi tomada na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), realizada entre os dias 11 e 12 de dezembro de 2010.

CFP elabora diretrizes para guiar ações da XV Plenária

Entre os dias 28 e 29 de janeiro e os dias 25 e 26 de fevereiro de 2011, conselheiros eleitos para a nova gestão do CFP, eleita para o período de 2011 a 2013, reuniram-se com objetivo de definir as diretrizes que guiarão a gestão. Foi montado um planejamento estratégico que incluiu plano de ação e reconhecimento de desafios para a gestão dessa XV Plenária do CFP.

No total, foram identificados cinco desafios. São eles: avanço na democratização da política de orientação, fiscalização e regulamentação e na gestão participativa do Sistema Conselhos; ampliação da presença qualificada da Psicologia na sociedade; aperfeiçoamento da política de diálogo entre a ciência e a formação de psicólogos e psicólogas; mudança do modelo de comunicação informativa para o modelo interativo; priorização das questões de gênero e étnico raciais nas políticas do CFP. Cada desafio foi associado a um resultado em longo prazo, a ser construído até 2013, ao fim da atual gestão, e outro resultado esperado para o ano de 2011. Também foram determinados quais conselheiros serão responsáveis pelo encaminhamento de cada tema.

Saúde Mental

Hospitais psiquiátricos em Sorocaba: 459 mortes em 4 anos e maus tratos

Em 18 de maio, usuários dos serviços de saúde mental, familiares e profissionais celebram o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Acompanhe as notícias em www.osm.org.br

A região de Sorocaba, no interior de São Paulo, possui 2.792 leitos psiquiátricos, tendo o maior número de internos em relação à sua população: são 2,3 leitos para cada mil pessoas, ou cinco vezes mais do que o preconizado pela legislação vigente, que determina máximo de 0,45 leitos psiquiátricos por mil habitantes. Em quatro anos, foram registradas 459 mortes entre os internos, segundo dados do Levantamento de Indicadores sobre os Manicômios de Sorocaba e Região, realizado pelo Fórum de Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas).

Psicólogos do Flamas estiveram em Brasília, em 31 de abril, e reuniram-se com o secretário executivo da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), André Lázaro, com o coordenador de saúde mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori, com a defensora pública Daniela Skromov, de São Paulo, além de técnicos da SDH, da presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, Fernanda Magano, e do presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona. Os representantes do poder público receberam as denúncias e se comprometeram a agir. "Vamos procurar autoridades do estado de São Paulo para encaminhar ações conjuntas, visando à garantia dos direitos dos usuários dos serviços de saúde mental", afirmou Lázaro, da SDH. Em Sorocaba, foi criada Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os hospitais da cidade, já como consequencia das denúncias.

Outro problema apontado no relatório é a falta de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) para tratamento em meio aberto, desrespeitando os preceitos antimanicomiais da Reforma Psiquiátrica, instituída pela Lei 10.216/01. "Hoje, Sorocaba não tem rede substitutiva. Não tem Caps 3, que são fundamentais para garantir tratamentos. E a maioria dos Caps são geridos pelos hospitais psiquiátricos. É preciso garantir que o poder público faça o que deveria fazer, ofereça serviços públicos de saúde", avalia Lucio Costa, diretor do sindicato dos psicólogos do estado de São Paulo.

A pesquisa que embasa as denúncias tem como fonte dados oficiais, entre eles o Censo Psicossocial dos Moradores em Hospitais Psiquiátricos do Estado de São Paulo, além de dados do DataSus, o banco de dados do Sistema Único de Saúde.

Mortes precoces: negligência?

Além do alto número de óbitos, os internos dos manicômios da região de Sorocaba têm morrido jovens. De acordo com a pesquisa, 46% das mortes foram de pacientes com idade entre 40 e 59 anos; outros 15% tinham entre 30 e 39 anos. A expectativa de vida dos brasileiros é de 69,4 anos para homens e cerca de 77 anos para mulheres. Mesmo considerando que pacientes psiquiátricos têm, em média, expectativa de vida 10 anos menor do que a do restante da população, os pacientes de Sorocaba estão morrendo muito antes do que a média nacional.

Outro fator que pode apontar para negligência no cuidado dos pacientes é o aumento do número de mortes nos meses mais frios. De 2006 a 2009, nos meses entre maio e agosto, foram registradas 51,5% das mortes. "São indícios de que não há cuidado adequado para esses pacientes em relação ao frio, possibilitando o surgimento de patologias comuns à época", segundo a pesquisa. Exemplo disso são as 13 mortes de pacientes com pneumonia em um único hospital, entre maio e julho de 2008.

Também chama a atenção o quadro de funcionários dos hospitais psiquiátricos de Sorocaba e região. A legislação determina um número mínimo, de acordo a demanda de pacientes. O relatório de Levantamento de Indicadores sobre Manicômios de Sorocaba e Região, do Fórum de Luta Antimanicomial de Sorocaba, mostra que o quadro total de horas de assistência hospitalar (assistente social, enfermeiro, psicólogo, médico e terapeuta ocupacional) deve atingir 8.172 horas semanais. Na prática, esse número desrespeita a legislação e cai para menos da metade, completando 3.822 horas.

Ausência de documentos e de funcionários preocupam

Dados do Censo Psicossocial dos pacientes em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo revelam que grande parte dos moradores desses hospitais não está com a documentação em dia. Em Sorocaba, por exemplo, a situação é ainda mais grave. O número de internos sem documentação chega a 32%, enquanto no restante do estado esse indicador é reduzido para 14%. A ausência dos documentos dificulta o acompanhamento dos pacientes, diminuindo as possibilidades de reintegração social e familiar.

Crepop

Pesquisas de 2011: atuação do psicólogo em segurança pública e em políticas para idosos

Para o ano de 2011, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) traz diversas novidades. Durante o VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizado em 2010, foram determinadas mudanças no número de ciclos de pesquisas anuais de quatro para dois, para maior aprofundamento das informações colhidas e, também, para aumentar o tempo e melhorar as estratégias de divulgação das consultas públicas e documentos de referência.

Neste ano, o Crepop realizará duas pesquisas. A primeira, com início em 14 de abril, será sobre a Atuação de Psicólogos em Segurança Pública, com término em junho. No segundo semestre, estará disponível no site do Crepop a pesquisa sobre atuação de psicólogos em políticas públicas para o idoso. Entre os diversos temas indicados durante o CNP, Segurança Pública e Políticas para Idosos foram escolhidos pela Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf).

As pesquisas têm como objetivo identificar os psicólogos que atuam nas áreas citadas e criar referências para atuação desses profissionais. Na escolha dos temas, houve preferência por aqueles intersetoriais, ou seja, que possibilitem a prática da Psicologia em diferentes contextos e espaços e que se relacionem com diversas políticas públicas. Segundo Ana Lopes, conselheira federal que coordenou o Crepop durante a XIV Plenária, para os temas com a característica de intersetorialidade, foram usados dois critérios na escolha final. O primeiro se relaciona ao grau de estabelecimento do tema na sociedade brasileira, ou seja, onde já exista histórico de políticas públicas e prática de Psicologia já estabelecida. O segundo se relaciona à universalidade do tema. "Foram escolhidas práticas que se relacionam à sociedade brasileira em geral e não só a regiões específicas", completa Ana.

Está prevista para julho de 2011 a realização de seminário sobre metodologia de pesquisa do Crepop, em Brasília. Com participação de técnicos e conselheiros regionais e federais, o evento buscará caminhos para aprimorar os métodos e instrumentos de investigação. "No atual momento do Crepop, há necessidade de revisar a metodologia para atender à diversidade de formatos das políticas públicas que têm interseções com a Psicologia, a exemplo de políticas intersetoriais, que reúnem diversos serviços, ou daquelas que ainda não estão estruturadas, mas sobre as quais queiramos colocar atenção", avalia o conselheiro Celso Tondin, um dos responsáveis pelo Crepop na gestão 2011-2013 do CFP.

Nova página: crepop.pol.org.br

Outra novidade do Crepop é seu site, que foi reformulado e lançado no final de 2010. A página é um canal de comunicação da categoria. Traz uma compilação diária de notícias que fazem menção à relação entre a Psicologia e as políticas públicas e também informações sobre concursos para a área. Além disso, o leitor pode ter acesso às pesquisas feitas pelo Crepop e aos documentos de referência que foram lançados. O endereço para acesso: http://crepop.pol.org.br.

Fórum Social Mundial

Migrações: da diáspora à globalização

Michele Torinelli

Qualquer tentativa de sintetizar o Fórum Social Mundial (FSM) tende ao fracasso, pois esse grande encontro é feito da diversidade de eventos e assuntos que abriga. O segundo FSM realizado na África, em Dacar, capital do Senegal, não foi diferente. Mas com o primeiro dia de evento dedicado a "África e Diáspora" escravidão, diáspora e imigração foram assuntos recorrentes na edição mais recente do Fórum, ocorrida entre 6 e 11 de fevereiro. Além de fincar os pés dos ativistas globais na história do local onde o Fórum aconteceu, o tema tem forte conexão com a atualidade: buscou a valorização dos saberes e das histórias de luta da África e da diáspora e de sua contribuição à humanidade, e o reconhecimento da violência do colonialismo e do neocolonialismo, segundo a proposta da organização.

Antes do Fórum, a Assembleia dos Migrantes reuniu ativistas com o intuito de criar meios para garantir a liberdade de circulação e de estabelecimento de seres humanos no planeta. O local da assembleia foi a Ilha de Gorée, no extremo leste africano, a 3 km de Dacar, local de onde partiu a maioria dos negros escravizados da região. Na opinião dos participantes, esse não se trata de um fato histórico superado - o regime colonial mercantilista chegou ao fim, mas a escravidão continua vigente.

Sangue africano para exportação

"Ao longo da história, o ser humano sempre migrou, seja por alimento ou por um sonho. Esse é um dos grandes problemas que o capitalismo aprofunda", contextualiza a portuguesa Rita Silva, da Associação de Defesa dos Imigrantes. No caso dos africanos escravizados pelo colonialismo mercantilista, a migração não se deu por fome, muito menos por vontade - mas pelo irresponsável desenvolvimento econômico europeu, que tratorou civilizações inteiras. É o paradigma do desenvolvimento tecnológico-científico-industrial, que justifica, com a ideologia determinista, competitiva e individualista, as injustiças e degradações humanas cometidas para sustentá-lo.

O paradigma continua vigente, mas em outro estágio e com outras práticas e dimensões. A lógica foi invertida: antes o africano era escravizado e obrigado a migrar; hoje, é proibido de ingressar nas nações que o colonizaram. "O sangue africano alimentou a Europa e a América. E agora um africano quer entrar na Europa mas não pode", se indigna o senegalês Muhameth Seck, integrante do Comitê de Solidariedade dos Migrantes do Senegal. Em 2008, a Europa aprovou a Diretiva de Retorno, segundo a qual um imigrante ilegal pode ser preso por 18 meses.

Migrações na África

"Para o continente africano, a questão da migração interna é ainda mais urgente que a migração externa", indica Muhameth. Ele analisa que a África não tem uma política de migração consolidada. "É uma bomba relógio que pode explodir a qualquer momento".

Um exemplo é a situação enfrentada pelos mauritanos. O líder da Organização dos Refugiados Mauritanos, El Diouma Ciwsokso, contou que seu povo foi deportado por ser negro, em processo de limpeza étnica. "Eles querem que a Mauritânia seja um país árabe", explica. Em 1989, 100 mil pessoas foram deportadas do país, e a maioria se refugiou no Senegal.

Cerca de 70% dos africanos são jovens, mas não há empregos. "O que fazer? As crianças vão para a escola para depois serem desempregados. A África precisa de uma revolução, uma outra forma de governar. Precisamos debater o que fazer no futuro"', defende Seck.

(Texto: Michele Torinelli, Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada – www.ciranda.net)

"A comunicação compartilhada é estratégica para o FSM"

A discussão sobre novas tecnologias de comunicação e seu papel estratégico ocuparam lugar de destaque no FSM. O poder político das novas ferramentas, as redes de comunicação que se transformam em grandes negócios, como lidar com tudo isso para a democratização da comunicação e a transformação da realidade estiveram em debate, com a presença do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. A conclusão do debate foi ser necessário que os movimentos e organizações entendam a comunicação como estratégica e prioritária, elemento a ser incorporado em todas as lutas. (texto: Terezinha Vicente , www.ciranda.net)

Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 24/02/2011 a 01/04/2011.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2041/10– ORIGEM: CRP-06
NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. DECISÃO DO CRP-06 MANTIDA. ARQUIVAMENTO.
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Mantida a decisão do CRP-06.
DATA DO JULGAMENTO: 24/02/2011
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: MARIA CHRISTINA BARBOSA VERAS
REVISORA: MARILDA CASTELAR

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2070/10– ORIGEM: CRP-01
CENSURA PÚBLICA
EMENTA – Procedimento Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a pena de Censura Pública. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura pública
DATA DO JULGAMENTO: 24/02/11
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: MONALISA NASCIMENTO DOS SANTOS BARROS
Conforme o artigo 79 da Resolução CFP n°006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2613/10– ORIGEM: CRP-06
Abertura de Processo Ético Disciplinar.
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 6ª Região que determinou arquivamento do processo ético. Provimento Parcial ao Recurso. Decisão Reformada.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Abertura de Processo Ético Disciplinar.
DATA DO JULGAMENTO: 01/04/2011
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2614/10– ORIGEM: CRP-06
Arquivamento
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 6ª Região que determinou o arquivamento da denúncia. Decisão Mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 01/04/2011
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: CELSO FRANCISCO TONDIN

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2832/10– ORIGEM: CRP-16
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 16ª Região que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Provimento Parcial ao Recurso.Decisão Reformada.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 01/04/2011
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 3206/10– ORIGEM: CRP-04
Arquivamento
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 4ª Região que determinou a exclusão liminar da denúncia e seu arquivamento. Decisão Mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 01/04/2011
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: HENRIQUE JOSÉ LEAL FERREIRA RODRIGUES
Conforme o artigo 79 da Resolução CFP n°006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Acompanhe o CFP nas redes sociais!

YOUTUBE
Http://www.youtube.com/user/confederalpsicologia

FACEBOOK
CFP - Conselho Federal de Psicologia

TWITTER
Http://twitter.com/cfp_psicologia ou @ cfp_psicologia

Agenda

Congresso Interdisciplinar: Saúde, Educação e Trabalho
Data: 12.05.2011
Endereço: Rua Goiás, 77
Cidade: Poços de Caldas
Estado: MG
Telefone: 35-37225102
E-mail: interclinica@terra.com.br
Link: www.ribeirodovalle.com.br/congresso/

II Marcha Nacional contra a Homofobia
Data: 18.05.2011
Endereço: Esplanada dos Ministérios
Cidade: Brasília / Estado: DF
País: Brasil

II Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde e Congresso Ibero-americano de Psicologia da Saúde.
Tranformações socioculturais e promoção de saúde
Data: 26.05.2011
Endereço: Universidade Metodista de São Paulo- Campus Rudge Ramos
Cidade: São Bernardo do Campo / Estado: São Paulo
País: Brasil
Link: www.abpsa.com.br/www.metodista.br

VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise das Configurações Vinculares
Data: 26.05.2011 a 29.05.2011
Endereço: Radio Hotel
Cidade: Serra Negra / Estado: SP
País: Brasil
Telefone: (11) 3825-5305 - 8321-2466
E-mail: bibitriz@terra.com.br
Link: nesme@nesme.com.br

Curso Breve: Noções Gerais sobre Família e Casal. A Vincularidade - Docente: Isidoro Berenstein
Data: 18.06.2011 a 18.06.2011
Endereço: Grande Auditório do MASP - Avenida Paulista, 1578
Cidade: São Paulo /Estado: SP
País: Brasil
Telefone: (11) 3864-2330 ou (11) 3865-0017
E-mail: cep@centropsicanalise.com.br
Link: www.centropsicanalise.com.br/curso.php?cid=101&area_id=7

XXI Congresso Nacional e I Congresso Internacional da ABENEPI
Data: 22.06.2011 a 25.06.2011
Endereço: UNIP Paraíso
Cidade: São Paulo / Estado: SP
País: Brasil
Telefone: (11) 2046.0314/ 2280.2476
E-mail: bleventos@uol.com.br , bl@blcongressoseventos.com.br
Link: www.abenepi.com.br/xxicongresso/index.php

11ª edição do Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade (CBMFC) e o 4º Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Geral Familiar e Comunitária, em Brasília (DF)
Data: 23.06.2011
Cidade: Brasília / Estado: Distrito Federal
País: Brasil
Link: www.sbmfc.org.br/congresso2011

X CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
Data: 03.07.2011
Endereço: Universidade Estadual de Maringá
Cidade: Maringá / Estado: Paraná
País: Brasil
Link: www.conpe.com.br

Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Data: 07.08.2011
Endereço: Campus de Ondina da UFBA
Cidade: Salvador / Estado: BA
País: Brasil
Link: www.xiconlab.eventos.dype.com.br/

Seminário Teórico: Amar e Trabalhar - Docente: Pedro Luíz Ribeiro de Santi
Data: 18.08.2011 a 01.09.2011
Endereço: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu
Cidade: São Paulo / Estado: SP
País: BrasilTelefone: (11) 3864-2330 ou (11) 3865-0017
E-mail: cep@centropsicanalise.com.br
Link: www.centropsicanalise.com.br

X Congresso Brasileiro da Abordagem Gestáltica e XIII Encontro Nacional de Gestalt-terapia
Data: 07.09.2011 a 10.09.2011
Endereço: Hotel Fazenda Fonte Colina Verde
Cidade: Estância de São Pedro / Estado: SP
País: Brasil
Telefone: (11) 3361-3056 e (11) 3361-3089
E-mail: eventus@eventus.com.br
Link: www.eventus.com.br

Psicólogo/a:

para receber os boletins do CFP, cadastre seu email em www.pol.org.br

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Ed. Via Office, Sala 104
CEP 70.719-900 – Brasília – DF
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br